



Oculum Ensaaios

ISSN: 1519-7727

sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Brasil

DE LIRA BOTTURA, ANA CARLA
O PARADIGMA DA CIDADE GLOBAL E AS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO
Oculum Ensaaios, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 119-135
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351732218008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O PARADIGMA DA CIDADE GLOBAL E AS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO¹

THE PARADIGM OF GLOBAL CITY AND THE OLYMPICS AT RIO DE JANEIRO, BRAZIL |
EL PARADIGMA DE LA CIUDAD GLOBAL Y LOS JUEGOS OLÍMPICOS EN RIO DE JANEIRO, BRASIL

ANA CARLA DE LIRA BOTTURA

RESUMO

Considerando o atual contexto das principais cidades brasileiras, em fase de preparação para a Copa do Mundo de 2014, e do Rio de Janeiro, para as Olimpíadas de 2016 — um momento de grande relevância na história do urbanismo do nosso País —, propõe-se uma reflexão acerca de alguns importantes processos que os antecedem. Entre eles, o processo de mundialização das cidades, que vem acarretando sérias implicações no espaço urbano das metrópoles contemporâneas, com reflexos por vezes catastróficos para as populações locais. Nessa dinâmica, os megaeventos esportivos mundiais vêm desempenhando um papel catalisador de transformações urbanísticas e de projeção das suas cidades-sede no panorama político-econômico mundial, atuando, assim, como excelentes oportunidades à sua ascensão nos *rankings* que respaldam as redes de cidades mundiais. O presente artigo tem como objetivo estabelecer uma relação entre os diversos aspectos que determinam e influenciam a produção da cidade global e a realização dos megaeventos mundiais, relacionando-os a fatos que vêm acontecendo no âmbito da preparação das cidades brasileiras para os jogos, com foco no caso do Rio de Janeiro. Por meio da compilação de conceitos e contribuições teóricas de diversos autores, busca-se estabelecer um discurso que permita a compreensão dos reflexos da globalização da economia na produção do espaço urbano e as implicações sociais e espaciais das suas dinâmicas no contexto da preparação das cidades sede de megaeventos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade global. Cidade mundial. Globalização. Megaeventos. Olimpíadas. Planejamento urbano.

ABSTRACT

Considering the current context of major Brazilian cities in preparation for the World Cup 2014 and Rio de Janeiro for the 2016 Olympics — a moment of great importance in the history of urban planning in our country — we propose a reflection about some important processes that precede them. Among them, the process of globalization of cities has been causing serious implications in the urban space of contemporary metropolises resulting in some catastrophic consequences for local populations. Within this context,

international sporting mega-events have played a catalytic role in urban transformations and promotion of their host cities in the world economic-political scenario. In addition, these events are excellent opportunities for host cities to increase their rankings that support the networks of world cities. The aim of the article is to establish a relationship between the various aspects that determine and influence the development of a global city and organization of international mega-events, linking them to facts that are occurring during the preparation of the Brazilian cities for the Games, focusing on the case of Rio de Janeiro. Through the compilation of concepts and theoretical contributions from several authors, we sought to establish the connections to understand the consequences of economic globalization in the development of the urban space and the implications of the preparation process of host cities for these mega-events.

KEYWORDS: Global city. World city. Globalization. Mega-events. Olympics. Urban planning.

RESUMEN

Teniendo en cuenta el actual contexto de las principales ciudades brasileñas, en preparación para el Mundial de Fútbol de 2014, y de Rio de Janeiro para los Juegos Olímpicos de 2016 — un momento de gran importancia en la historia del urbanismo en nuestro País — se propone una reflexión acerca de algunos procesos importantes que les preceden. Entre ellos, el proceso de globalización de las ciudades, que viene resultando en serias consecuencias en el espacio urbano de las metrópolis contemporáneas, con consecuencias muchas veces catastróficas para las poblaciones locales. En esta dinámica, los megaeventos deportivos mundiales vienen jugando cada vez más un papel de catalizador de transformaciones urbanísticas y de proyección de sus ciudades sedes en el panorama económico-político mundial, actuando así como excelentes oportunidades para su ascenso en los rankings que apoyan las redes de ciudades mundiales. Este artículo tiene como objetivo establecer una relación entre los diferentes aspectos que determinan e influyen en la producción de la ciudad global y la realización de los megaeventos mundiales, relacionándolos con hechos que se están sucediendo en la preparación de las ciudades brasileñas para los Juegos, enfocando el caso de Rio de Janeiro. A través de la compilación de conceptos y aportaciones teóricas de varios autores, se trata de establecer un discurso que permita comprender las consecuencias de la globalización económica en la producción del espacio urbano y los reflejos espaciales y sociales de su dinámica en el contexto de la preparación de las ciudades sedes de megaeventos.

PALABRAS CLAVE: Ciudad global. Ciudad mundial. Globalización. Megaeventos. Juegos olímpicos. Planificación urbana.

INTRODUÇÃO

Em um país como o Brasil, em pleno processo de emergência política e econômica no cenário mundial, mas que ainda apresenta condições contrastantes de distribuição de renda e com altos níveis de segregação espacial, a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 se constituem como grandes oportunidades de mudança social. No entanto, as dinâmicas que vêm sendo observadas nas cidades sedes destes eventos, sobretudo no Rio de Janeiro — desde o planejamento das áreas ocupadas pelos jogos, passando pelas soluções de mobilidade urbana, localização das instalações e equipamentos de apoio e culminando com a remoção massiva de população pobre ocupante do entorno das zonas de interesse, já denuncia uma clara tendência a que os beneficiários finais dos seus legados sejam outros personagens, que não aqueles que vivenciam a cidade no seu cotidiano.

A infinidade de concessões, bem como as famosas Parcerias Público Privadas, por meio das quais obras de grande porte necessárias aos megaeventos se viabilizam, têm como consequência o esvaziamento de praticamente todo e qualquer cunho social que tais experiências poderiam oferecer às suas cidades anfitriãs.

Mas por que não pode ser diferente? O que está por trás dessas dinâmicas?

O texto busca elucidar, por meio de formulações teóricas e estudos de diversos autores, os processos político-administrativos e econômicos nos quais se baseia a organização dos megaeventos esportivos nos dias atuais, resultando em intervenções de grande impacto, nem sempre desejáveis, no espaço urbano.

MUNDIALIZAÇÃO DAS CIDADES

Desde fins do século XX, mais especificamente em suas duas últimas décadas, a compreensão do processo evolutivo das cidades e as perspectivas de superação dos problemas urbanos vêm ganhando novos contornos, acompanhados da adoção de soluções cada vez mais homogeneizadoras. O processo de globalização da economia, desencadeado a partir dos últimos anos da década de 1970, não apenas promoveu uma ressignificação da centralidade econômica das metrópoles do Primeiro Mundo, como também, e sobretudo, causou repercussões determinantes na evolução do modelo hegemônico de gestão urbana vigente.

A globalização é entendida por Santos (2000) como a dimensão mais marcante do processo de mundialização do mundo capitalista e sua compreensão, assim como de qualquer outro processo histórico, demanda a consideração de elementos fundamentais tomados conjuntamente: o “estado das técnicas” e o “estado da política”. O sistema técnico predominante na atualidade — dominado pela tecnologia da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica —, tem a propriedade inédita na história de proporcionar a convergência de momentos e simultaneidade de ações em escala planetária, o que foi a principal causa de uma revolução nos meios produtivos. Nesse contexto, o

surgimento das empresas transnacionais e a fragmentação espacial da produção exercem um importante papel, sobretudo na imposição de novas lógicas de evolução territorial. No entanto, isolado, este sistema técnico não se apresenta viável, demandando para seu desenvolvimento a intermediação das políticas, sejam elas de empresa, de Estado, conjunta ou separadamente. Segundo o autor, o estado da política se baseia no conjunto de ações que asseguraram a emergência de um sistema financeiro mundial, de um mercado único global, somente sustentável por meio da mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação.

Ainda de acordo com Santos (2000), no processo de desenvolvimento da globalização a crise tem caráter estrutural: as variáveis nas quais se baseiam o novo sistema globalizado estão continuamente em choque, demandando constantemente novas definições e arranjos, o que pode ser entendido como uma crise permanente formada por crises sucessivas. Interpretando dessa maneira, o diagnóstico da crise que assola as metrópoles ao final dos anos 1970, com a substituição das atividades industriais pela intensificação do setor terciário (Carvalho, 2000), vem a corroborar a necessidade de mudanças estruturais visando atender às necessidades do mercado global e do novo sistema produtivo internacional.

A designação “cidade global” surge, assim, da necessidade de nomear essa mudança de *status* das metrópoles frente ao novo contexto da economia mundial. Sua difusão enquanto referente conceitual foi obra da socióloga holandesa Saskia Sassen em seu estudo sobre as transformações socioeconômicas e territoriais em três cidades específicas: Nova Iorque, Londres e Tóquio (Sassen, 1999). Tomando-as como exemplos líderes de novas condições que impulsionavam a relação entre economia mundial e vida urbana, Sassen identifica e justifica as principais características dessa nova categoria de cidades, as quais serviram como ponto de reflexão para muitos outros autores.

Não se pode ignorar que, muito antes da proposição de Sassen (1999), termos similares já se faziam presentes no panorama conceitual acerca da relação entre a economia internacional e os processos urbanos. De acordo com Gavinha (2008), o conceito de “cidade mundial” foi proposto pela primeira vez por Geddes (1915), em alusão aos centros urbanos que concentravam uma parte importante da atividade econômica do mundo, definição apropriada posteriormente por Hall (1966) e mais recentemente redefinida por Friedmann e Wolff (1982).

De acordo com Levy (1997), pode-se identificar um consenso entre alguns autores a respeito das principais características da cidade mundial, dentre as quais se pode destacar: concentração das funções de produção ideológica e de controle (maiores empresas e bancos do mundo, serviços avançados de transporte, comunicações, produção e transmissão de notícias); presença de elite internacional altamente remunerada e concomitante crescimento de funções de baixa remuneração ligadas aos setores da hotelaria e do turismo; polarização social; transformações urbanas, calcadas na elitização de áreas centrais; parti-

cipação de grandes capitais no mercado imobiliário; surgimento de crise no setor da habitação e degradação de áreas urbanas menos visadas; aumento dos gastos públicos com o objetivo de atrair investimentos; crescimento de conflitos políticos resultantes de demandas do capital internacional em contraposição às necessidades locais.

Contribuições no sentido da ampliação no marco conceitual de uma teoria de sistemas mundiais foram verificadas em Friedman (1972), Wallerstein (1984) e Geyer (2002), cuja evolução culminou com a proposição da noção de uma rede de cidades mundiais como o centro de gravidade do sistema de dominação global. Também se faz necessário destacar o conceito de “cidades informacionais”, contribuição de Castells (1989), baseado na sociedade em rede, em uma abordagem centrada principalmente no uso da *Internet* e tecnologias avançadas.

A relação complementar entre o local e o global foi amplamente explorada por Borja e Castells (1997), que consideram essas duas dimensões como geradoras conjuntas de sinergia social e econômica, sendo o local considerado centro de gestão do global. O desdobramento conceitual dessa compreensão é destacada por Soja (2008), ao discutir o termo “glocalização”, que teve o geógrafo belga Swyngedouw (1992) como um dos seus primeiros difusores. Ao propor um corte nas dicotomias interno-externo, micro-macro, apresentando os conceitos, repensados em conjunto e simultaneamente, a ideia do *glocal* aparece como uma nova maneira de explorar os processos por eles engendrados.

Mais que promover uma recopilação e a confrontação de todas as variantes fornecidas pelas abordagens conceituais a respeito desse tema — um debate longo e riquíssimo —, o que aqui interessa é captar os distintos aspectos assinalados por alguns autores, visando compreender a influência que esses processos econômicos de ordem mundial exerceram sobre os modelos de planificação e administração das cidades contemporâneas —, sejam elas intituladas mundiais, globais, informacionais, acolhedoras etc.

Nesse sentido, faz-se importante destacar as observações feitas por Carvalho (2000) acerca das diferentes formas de apropriação do término “cidade global” (e suas variantes) e as consequências delas subjacentes. A autora identifica três formas principais de apreensão do conceito: a forma diagnóstico, a forma típico-ideal e a forma paradigma. A hipótese da cidade global em sua forma diagnóstico refere-se à expressão de um processo histórico concreto, vivido por algumas metrópoles do Primeiro Mundo e reflete todo o movimento de transformação na estrutura produtiva pelo qual estas passaram, bem como as contradições inerentes. A segunda hipótese, da forma típico-ideal, refere-se a uma segunda geração de estudos que identifica como cidades globais as metrópoles de segunda ordem (Marques & Torres, 2000). Ou seja, trata-se da incorporação do término a realidades distintas daquelas em que esse foi produzido originalmente, partindo, não de um processo histórico, mas de uma classificação, a partir da identificação de características comuns observadas nas metrópoles que sofreram impactos da globalização da economia. A terceira proposição, do conceito de cidade global enquanto um novo paradigma

teórico, inaugura uma nova perspectiva a partir das quais as metrópoles devem ser analisadas. Esta ideia de que as grandes cidades devem ser compreendidas exclusivamente em virtude do processo de globalização da economia, defendida por Sassen (1999), supõe uma ruptura com relação às lógicas econômicas que lhe antecedem e sugere uma abstração ainda maior do movimento histórico específico da metrópole estudada.

Ou seja, privilegiam-se as explicações que decorrem das interferências verticais da globalização sobre o território da metrópole — as influências da economia global — por oposição às interferências horizontais, entendendo por horizontais as relações sociais locais que decorrem no tempo histórico da metrópole. Isso fica bem evidente quando tomamos a questão da segregação urbana como referência (Carvalho, 2000, p.73).

A cidade global enquanto paradigma privilegia as dinâmicas externas obscurecendo os processos intra-urbanos. Ao tentar explicar a segregação urbana, por exemplo, por meio da ótica da globalização da economia, toma-se como suposto que a lógica de apropriação do espaço urbano sofreu transformações em virtude dela, ignorando qualquer possibilidade de relação com as determinações históricas anteriores.

O que aqui se destaca é o fato de que, na atualidade, o paradigma da cidade global é o que vem orientando, não apenas grande parte das intervenções no espaço urbano como, principalmente, o modelo neoliberal de gestão adotado mesmo pelas cidades que ainda não fazem parte da rede mundial.

Se a nova economia global se articula territorialmente em torno das redes de cidades, o futuro de uma cidade no contexto mundial depende diretamente da sua inserção e posição em tais redes. “*De ahí que la nueva frontera de la gestión urbana consista en situar a cada ciudad en condiciones de afrontar la competición global de la que depende el bienestar de sus ciudadanos*” (Borja & Castells, 1997, p.31).

O *status* de cidade global como meta da gestão pública, respaldado por *rankings*, categorizações e classificações, é um fenômeno recente que vem trazendo uma série de consequências sociais e espaciais. O estabelecimento do mercado mundial (ou mais-valia universal), conforme propõe Santos (2000), como instrumento regulador do prestígio e das oportunidades de crescimento das cidades, aproxima o modelo ideal de gestão urbana do modelo de administração empresarial, que tem na competitividade sua principal mola propulsora.

A atual competitividade entre as empresas é uma forma de exercício dessa mais-valia universal, que se torna fugidia exatamente porque deixamos o mundo da competição e entramos no mundo da competitividade. O exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma

demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida (Santos, 2000, p.30).

A competição transformada em competitividade caracteriza o que Milton Santos chama de “globalização perversa”, baseada na tirania do dinheiro — emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social —, e a tirania da informação — a maneira como a informação é oferecida à humanidade, intimamente relacionadas.

O que Santos (2000) entende como versão perversa da globalização tem íntima relação com o que Beck (1998) propõe sob a denominação globalismo, que se refere à redução dos processos políticos e econômicos a esse modelo financeiro único, ao qual se fez referência anteriormente, tirando o protagonismo dos cidadãos e dando-o aos investidores. “*Por globalismo entiendo la concepción según la cual el mercado mundial desaloja o sustituye al quehacer político; es decir, la ideología del dominio del mercado mundial o la ideología del liberalismo*” (Beck, 1998, p.27).

De acordo com Harvey (1996), nas duas últimas décadas do século XX, impulsionada pelas mudanças na economia global, produziu-se uma reorientação de princípios na administração urbana dos países capitalistas avançados. Particularmente nos últimos anos, parece ter surgido um consenso geral em todo o mundo capitalista avançado de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico (Harvey, 1996).

A este comportamento empresarial Harvey dá “*urban entrepreneurialism*”, traduzido para o português como “empresariamento urbano”, caracterizado pelo crescente envolvimento do poder público em atividades econômicas diretamente ligadas à produção e aos investimentos do capital privado. Como base desse comportamento, já vigente nos Estados Unidos desde a década de 1970, estão as perspectivas de ampliação da capacidade competitiva e rentabilidade da indústria local.

Um fator que contribuiu enormemente para esta dinâmica é a suposta perda de poder do Estado nacional frente ao mundo globalizado, dada a sua incapacidade de controle do fluxo monetário multinacional, poder este transferido às grandes empresas multinacionais. Na ótica de Borja e Castells (1997), a debilitação e a perda de legitimidade dos Estados nacionais se deram pelo fato de serem demasiado pequenos para controlar e dirigir os fluxos globais de poder, riqueza e tecnologia do novo sistema, e grandes demais para representar a pluralidade de interesses sociais e identidades culturais da sociedade, o que demanda “A reconstrução de um Estado flexível e dinâmico [...]” (Borja & Castells, 1997, p.31). O alcance dessa flexibilidade “necessária” ao reposicionamento do Estado no panorama econômico mundial é medido pela sua capacidade de atração de investimentos do capital internacional: “A tarefa da administração pública consiste, em resumo, em atrair para seu espaço uma produção altamente móvel, flexível e fluxos financeiros de consumo” (Harvey, 1996, p.57). Assim, com vistas a garantir espaço na competitividade

interurbana, proporcionar um bom “clima de negócios” converteu-se em objetivo primordial da administração urbana, por meio da oferta de condições especiais e todos os tipos de atrativos direcionados às grandes empresas transnacionais.

Assim, se difunde e se “normaliza” a defesa ao livre mercado capitalista; a política neoliberal se instaura enquanto conduta necessária à atualização do Estado, visando garantir o equilíbrio institucional e o crescimento econômico.

Por outro lado, o estabelecimento de tais agentes no território se caracteriza pela ausência de responsabilidade social e moral frente à população habitante e tem a capacidade de gerar ou agravar localmente a polarização na distribuição social da renda real (uma vez que os empregos por eles gerados tendem a ser de baixa remuneração para uma grande maioria, com uma incidência mínima de profissionais altamente qualificados com salários muito bons e um considerável crescimento no setor informal).

Do ponto de vista dos impactos urbanos observados pela lógica do empresariamento da cidade, observa-se que o peso do foco na economia política supera, em muito, o que é dedicado ao território. Assim, não apenas em termos de planejamento urbano, como também de intervenções concretas no espaço, a tendência aponta para o investimento massivo em operações imobiliárias pontuais e especulativas, direcionados a ampliar a capacidade atrativa e competitiva da cidade, sobretudo para os setores do turismo e dos negócios. O Planejamento Estratégico surge como o novo paradigma na forma de abordar as cidades, ou como sugere Carvalho (2000, p.74), correlativo ativo da ideologia da cidade global:

Compreendido como o empreendimento de uma terceira geração de urbanistas, pretende-se um novo paradigma na forma de abordar as cidades, negando, pelo menos em intenção, o planejamento urbano de tradição moderna bem como a crítica contextualista que lhe deu sequência.

As diretrizes defendidas e seguidas por esta nova geração de urbanistas, os “neoplanejadores” (Vainer, 2000), obviamente fundamentam-se nos mesmos princípios que orientam o reposicionamento das cidades no panorama globalizado: a busca pela eficácia e pela eficiência como elementos-chave na competitividade mundial — a partir da intensificação da fragmentação territorial, a flexibilidade política e administrativa, a dependência da participação do capital privado —, por meio das Parcerias Público Privadas — e o uso exaustivo do *marketing* urbano como peça fundamental de toda a estratégia de gestão. Os projetos urbanos planejados estrategicamente se dirigem à regeneração da economia e à ressignificação da imagem da cidade promovidos com financiamento público, mas postos a serviço dos investidores privados sem a garantia de contrapartidas equivalentes, orientadas ao desenvolvimento de políticas sociais (Diaz, 2007).

De acordo com Diaz (2007), o empresariamento urbano, também interpretado como processo de venda da cidade, se assenta sobre dois processos básicos: a reorganiza-

ção e a reimaginação da cidade. O primeiro processo refere-se precisamente às transformações do modelo de administração urbana da cidade global e suas repercussões. Já o segundo processo, a reimaginação da cidade, refere-se à associação, no campo simbólico, de novos discursos ao imaginário da cidade. Citando Short *et al.* (2000), o autor destaca a relação dessa dinâmica com o desejo de ressignificar a ideia de um passado industrial defasado, a partir de campanhas de promoção urbana com vinculação de imagens associadas à cultura, lazer e atividades terciárias, entendidas como imagens positivas.

Seguindo a mesma lógica da comercialização de qualquer outro produto, o processo de venda da cidade se utiliza de estratégias de *marketing* capazes de fazê-la atrativa aos olhos dos potenciais consumidores. A cidade, vendida como mercadoria, não se mostra tal como é; dela se selecionam os aspectos com maior capacidade de sedução para sua venda externa e a ela se associam ideias de forte impacto, por meio da criação de uma marca (*brand*, em inglês) que solidifique sua imagem no mercado, mais importante que o produto em si. De acordo com Muñoz (2008, p.164), a *brandificación* da cidade refere-se a:

[...] un proceso por el cual los valores y atributos de las marcas habrían ido pasando del anuncio en soportes diversos a su materialización en entornos físicos y espacios urbanos concretos; hasta el punto de configurar un espacio físicamente discontinuo que cruza territorios, estados y continentes [...].

O resultado inevitável desse processo é “[...] *la conversión de la propia ciudad en una marca*” (Muñoz, 2008, p.164).

No espaço urbano, a estratégia da cidade-marca se reflete no uso da arquitetura e do desenho urbano como exercício de diferenciação (Diaz, 2007). A criação de ícones na paisagem converte-se em prática de exaltação da nova imagem urbana, com frequência associada às ideias de cultura e modernidade, a exemplo da construção do Museu Guggenheim em Bilbao e a Cidade das Artes e da Ciência, complexo de lazer e cultura em Valência, ambas cidades espanholas. Nos dois casos, além do estabelecimento dos equipamentos em si como ícones visuais de grande impacto na paisagem urbana (dos quais podem ser tiradas excelentes fotos), sua presença converteu-se em elemento de projeção de tais cidades no panorama mundial, exaltadas pelo mérito de ter em seu território obras assinadas pelas estrelas internacionais da arquitetura contemporâneas: Frank Ghery e Santiago Calatrava, respectivamente. Desta maneira, “[...] *el paisaje se convierte en expresión y consecuencia de los intentos de reimaginar y orientar el consumo de la ciudad*” (Diaz, 2007, *online*).

OS JOGOS OLÍMPICOS E A TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES

A relação entre megaeventos e cidade esteve, desde o princípio, caracterizada por uma troca de benefícios que incluem o prestígio nacional e a projeção mundial da sede em contrapartida ao fortalecimento da “marca” do evento, por meio de uma correta e bem

estruturada organização. Ao longo do tempo, com o desenvolvimento das técnicas, a mundialização da economia e das cidades, os megaeventos passaram a representar uma oportunidade única de atração de investimentos em larga escala que possibilitam realizar operações urbanas jamais possíveis em um período tão curto de tempo e em condições tão favoráveis em termos políticos e sociais.

Em seu estudo a respeito da evolução das Olimpíadas Modernas de Verão na história, Rubio (2005) destaca diferentes fases do evento, compreendendo o período que vai desde o seu surgimento em Atenas, em 1896, até os dias atuais. A fase mais recente dos Jogos, denominada pela autora de “Fase de Profissionalização”, que tem seu início com as Olimpíadas de Seul, em 1988, é caracterizada por uma crescente comercialização do evento junto aos entes privados, sem que isso signifique uma redução dos gastos públicos.

Como já é de se esperar, a fase de profissionalização dos Jogos Olímpicos coincide com o período histórico correspondente à globalização da economia. Nesse momento, a intrínseca relação dos megaeventos com o panorama político e econômico global não apenas se reafirma como também assume proporções jamais registradas na história. O paulatino crescimento nas dimensões da espetacularização e no montante de recursos mobilizado para a realização das Olimpíadas vem proporcionando uma completa distorção dos princípios e valores olímpicos defendidos por Pierre Coubertin (criador dos Jogos Olímpicos Modernos), no começo do século XX. Da intenção de apresentar-se como celebração da paz entre nações por meio da competição esportiva, o evento transformou-se em desculpa esportiva para a celebração da competitividade entre cidades globais.

O modelo profissional de gestão e preparação da cidade olímpica (Rubio, 2005) obedece à mesma lógica e produz os mesmos resultados da cidade global: a intensa participação do capital privado internacional — gerando conflitos entre as demandas internas e externas e resultando, invariavelmente, na priorização dos últimos em detrimento dos primeiros; a promoção do agravamento na polarização social e segregação urbana; a proliferação de instalações e equipamentos orientados para o uso de um público elitizado e efêmero; o uso do *marketing* como ferramenta de (re)construção da imagem da cidade e estabelecimento do “consenso social”, apenas para citar alguns.

De acordo com Short (2004), os Jogos Modernos são eventos “gloais”, concebidos como espetáculos globais, campanhas nacionais e negócios municipais. As distintas escalas de projeção atendem aos interesses específicos de cada peça integrante dos grupos de interesse, desde o nível global até o local.

Os exemplos mais destacados deste novo momento das Olimpíadas enquanto oportunidade de alcançar o *status* de cidade global, moderna e multicultural, foram registrados em Barcelona 1992 e Pequim 2008, modelos exitosos do uso dos Jogos como impulsionadores não apenas da transformação urbana e criação de uma nova imagem para a cidade no contexto mundial, como também enquanto instrumento de afirmação de poder do País no panorama político-econômico (mais especificamente no segundo caso).

Em uma observação dos paralelismos encontrados entre as lógicas de intervenção urbana empregadas em Barcelona e Lisboa (na ocasião da Expo 1998), Pujadas (2006) destaca, entre outros, a ocorrência dos fenômenos da tematização e da elitização das áreas ocupadas pelos megaeventos e seus entornos, com frequentes mudanças de usos prioritários (incorporação de atividades de cultura, lazer e hotelaria), que atuam como elementos de atração de um novo perfil de usuários. Partindo de caracterização propostas por Martinotti (1996) e Hannerz (1998), o autor denomina estes novos atores sociais metropolitanos de novos usuários urbanos globais (Pujadas, 2006), que são consumidores do espaço urbano em tempo parcial.

A modelação das cidades tendo como foco principal a atenção a esse novo público caracteriza o que Pujadas (2006) designa “Cidades Acolhedoras”: considerando-se que os fenômenos predominantes na metrópole tendem a estar associados aos usuários temporais, a cidade deve fazer-se cada vez mais atrativa para estes, o que gera a demanda por um considerável aumento em sua capacidade de acolhimento, seja em oferta de quartos de hotéis, serviços ou espaços pensados para usuários com esse perfil. A cidade acolhedora é aquela pensada e programada para o visitante, não para o habitante.

Las ciudades acogedoras se orientan en lo económico hacia los flujos de capital, de actividades y a la circulación de personas en el ámbito global, por lo que se refuerza su ligazón transnacional y, por tanto, su dependencia respecto a esas realidades deslocalizadas y locales (Pujadas, 2006, p.372).

Pujadas (2006) também destaca a insustentabilidade social desse modelo de cidade, uma vez que ele somente se viabiliza por meio da conjunção entre capitais públicos e privados, o que leva à priorização em investimentos com retorno de curto ou médio prazo. Como resultado, vê-se a proliferação de atuações no espaço público que oferecem baixa rentabilidade social e são direcionadas aos usuários transnacionais, expulsando os habitantes marginais das zonas revalorizadas, dado o encarecimento do solo urbano.

No contexto da preparação das cidades para os megaeventos, pode-se afirmar que é perfeitamente previsível que as dinâmicas presentes no estado atual do sistema capitalista se reflitam nesta condição de produção quase instantânea de espaços urbanos. No entanto, a relação existente entre o fator tempo e a aplicação de uma quantidade (ao que tudo indica) inédita de recursos em obras de infraestrutura urbana, constitui-se em um novo elemento, determinante de uma forma atualizada de estado de exceção, como observa Vainer (2011).

De acordo com o autor, em uma análise de clássicos marxistas, de Marx a Agamben e Poulantzas, todas as formas totalitaristas de poder por eles estudadas conformariam um “estado de exceção”, que se configura em um tipo de regime no qual as classes dominantes não conseguem assumir diretamente as rédeas do poder e, de certa maneira, delegam a

direção do Estado a um “bonaparte” ou a um grupo particular (militares) (Vainer, 2011). Em tempos de globalismo, ao invés de militares, uma parte importante das funções de Estado é regulada e exercida pelo mercado, pelo capital privado.

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma nova forma de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências livres de burocracia e controle político (Vainer, 2011, p.10).

Para Vainer (2011), os megaeventos fazem da “cidade de exceção” uma realidade plena e intensa. A emergência do cumprimento de um calendário limitado e inalterável é a razão que justifica a infração da legislação urbanística, a supressão da participação popular, a opressão dos movimentos sociais.

NORMALIZANDO A EXCEÇÃO

Lugar da democracia direta do capital, a cidade de exceção de Vainer é o cenário hoje instaurado nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014, sobretudo, no Rio de Janeiro, sede das Olimpíadas de 2016. Vêm sendo observadas, nesses locais, uma série de desapropriações e remoções de famílias pelo poder público para a construção de obras viárias; investimento em obras de infraestrutura e revitalização urbana; exclusão e/ou pacificação de favelas; formulação de parcerias público-privadas para administrar bens públicos; esvaziamento da esfera pública em detrimento da esfera privada que, com suas normativas, normaliza a apropriação indevida dos espaços públicos.

Uma das muitas práticas de exceção, hoje legitimadas pelos megaeventos, está nas remoções massivas de favelas nas grandes capitais brasileiras, cujas justificativas oficiais fingem total independência com as obras relacionadas aos jogos. Na capital carioca, três meses depois da eleição da cidade anfitriã dos Jogos 2016, o governo municipal divulgou uma lista contendo 119 favelas a serem removidas por estarem localizadas em áreas de risco de deslizamento ou inundação, áreas de proteção ambiental ou destinadas a espaços públicos, totalizando cerca de 12 000 domicílios e o equivalente a 3,5% da área total de favelas da cidade. A política de remoções, rejeitada e combatida pelos movimentos sociais na última década, com algum êxito, agora retorna respaldada pela necessidade de “limpar” a paisagem urbana, ainda que essas palavras não se façam presentes no discurso oficial. No entanto, as atitudes falam por si: mais de um terço das favelas eleitas estão na Barra da Tijuca, no Recreio e em Jacarepaguá, áreas de maior concentração dos investimentos provenientes das Olimpíadas e de grande interesse imobiliário.

De acordo com informações do Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, lançado no Rio de Janeiro em maio de 2013, “Os investimentos públicos realizados em transporte BRT’s [*Bus Rapid Transit*] privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais” (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013, p.19). Aqui se explicitam algumas das dinâmicas citadas anteriormente, apresentando características comuns às cidades globais, tais como manobras de empresariamento urbano, nas quais o poder público direciona o seu planejamento e suas ações com vistas a priorizar os investimentos que possibilitem a ampliação das condições de competitividade e capacidade de atração do capital estrangeiro. A elitização de algumas zonas de centralidade em detrimento da degradação de outras áreas urbanas menos valorizadas pode ser também encontrada nas opções de áreas para reassentamento de grande parte das famílias removidas:

Já os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (destinado às famílias com rendimentos de até três salários-mínimos) para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e as Olimpíadas, mas nas áreas periféricas da cidade, as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Jan, 2013, p.20).

Ainda de acordo com o Dossiê, cerca de 3 000 famílias já foram removidas em função dos megaeventos e mais 8 000 ainda encontram-se ameaçadas de remoção, seja por motivo de obras viárias, construção de equipamentos esportivos, obras relacionadas à revitalização das Áreas Portuária, ou por estarem localizadas em áreas ditas como sendo de risco e/ou de interesse ambiental. A Vila Autódromo, situada próxima à Lagoa do Jacarepaguá, é uma dessas ocupações, cujo histórico de resistência à remoção já se converteu em um exemplo de força comunitária, e vem ganhando destaque na mídia, sobretudo após a recente vitória, em 9 de agosto de 2013, quando o prefeito Eduardo Paes comprometeu-se com a negociação para a permanência das famílias no local (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2011). Apesar da alta representatividade simbólica dessa conquista, ela não pode ser entendida como uma mudança de paradigma, uma vez que se constitui em um fato ainda isolado e resultante de uma sucessão de eventos de grande visibilidade no cenário nacional.

Na organização dos Jogos Olímpicos, a flexibilidade necessária às manobras de modelação da cidade olímpica-global-acolhedora se legitima por meio da criação da Autoridade Pública Olímpica (APO) — uma das muitas exigências do Comitê Olímpico Internacional para a viabilização do evento, capaz de estabelecer as bases legais necessárias às operações que, em condições ordinárias, poderiam ser classificadas ilegais. No Rio de

Janeiro, o arcabouço de medidas normativas neoliberais tem, ainda, como respaldo uma ferramenta criada inicialmente para fazer cumprir a função social da terra urbana e que hoje se constitui como peça-chave na legitimação da arbitrariedade: o Estatuto da Cidade. Baseando-se em seus instrumentos, a cidade da exceção se apresenta nas alterações injustificadas no Plano Diretor Municipal, submetidas a uma “votação relâmpago”, que criaram a outorga onerosa para as construções que ultrapassam os limites definidos por lei na zona portuária, mediante pagamento de contrapartidas. Está também no uso indiscriminado das Operações Urbanas Consorciadas e na criação dos Certificados de Potencial Adicional Construção (CEPAC). Os Certificados de Potencial Adicional Construção são títulos imobiliários emitidos para efetuar a cobrança da outorga onerosa do direito de construir além dos atuais índices de aproveitamento básico. As flexibilizações dos parâmetros urbanísticos aqui chegam a permitir a construção de edifícios de até 50 pavimentos na zona portuária. O dinheiro captado com a venda dos CEPAC financiará as obras de infraestrutura urbana, destinadas à adequação da área com o objetivo de atrair grandes empresas e grandes empreendimentos residenciais e, assim, oferecer garantias de retorno financeiro aos agentes envolvidos, que nesse caso são os setores da construção civil, turístico-imobiliário e da indústria do entretenimento.

No projeto da revitalização da zona portuária, o “Porto Maravilha”, as estratégias da cidade-marca também se fazem presentes no Museu do Amanhã, que será projetado por uma estrela da arquitetura internacional, o espanhol Santiago Calatrava, em local inicialmente reservado para a implantação de um parque urbano, com um investimento inicial previsto em R\$150 milhões, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. As Parcerias Público Privadas (PPP) previstas nessa zona incluem, ainda, uma operação inédita no País, que é a contratação — por um período de 15 anos e por R\$7,5 bilhões do consórcio Porto Novo (formado pelas construtoras OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia) para a prestação de serviços públicos, como a coleta de lixo, a manutenção da iluminação pública, pavimentação, poda de árvores e o ordenamento do trânsito nessa região e em parte do centro. Ou seja, funções públicas do Estado transferidas a agentes privados, livres de burocracia e controle político.

O Rio conta hoje com 21 projetos que são declaradamente relacionados à sua preparação para os jogos, com um investimento total estimado em R\$22,6 bilhões, sendo a maior parte desses direcionada às obras de mobilidade urbana. Cabe ressaltar, embora esteja praticamente explícito, que todas essas obras e manobras vêm passando por cima do princípio básico da gestão democrática, estabelecido pelo Estatuto da Cidade: são inúmeras as denúncias de violação dos direitos humanos e de total falta de transparência em qualquer projeto e obras vinculados aos megaeventos.

Concluindo esse breve relato acerca da corrida da “cidade maravilhosa” por um lugar ao sol no *ranking* das cidades globais, quizá seja adequado recordar a publicação do Decreto Municipal nº 31.182/2009 que instituiu o “Rio Escritório de Negócios”,

com o objetivo de ser “Referência institucional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para atração e viabilização de investimentos nacionais e internacionais destinados à cidade” (Rio de Janeiro, 2009, p.3). Atuando hoje como Agência oficial de Promoção de Investimentos do Rio de Janeiro, a Rio Negócios é responsável por atrair, facilitar e dar suporte aos novos investidores interessados na cidade. Dessa maneira, a administração pública cria as condições favoráveis para atração do capital estrangeiro e plena realização das premissas do empresariamento urbano nos termos propostos por Harvey (1996), citados anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de esgotar a variedade de matizes das contribuições de diversos autores à discussão da cidade global, esse artigo limitou-se a “inventariar” algumas características que se apresentam pertinentes à compreensão da sua relação com a realização dos megaeventos mundiais e relacioná-las a alguns fatos que vêm acontecendo no âmbito da preparação das cidades brasileiras para os jogos, em especial no Rio de Janeiro. Como se pôde verificar nas páginas anteriores, o impacto da globalização da economia nas dimensões político-administrativa, social e territorial das cidades vem promovendo dinâmicas orientadas a um mercado mundial, que serve como regulador de todos os processos de transformação urbana daquelas que se dispõem a entrar na rede de cidades globais. Mais que uma disposição, o *status* de cidade global se impõe como uma condição à sobrevivência e ao crescimento econômico no mundo globalizado e, nesse sentido, os megaeventos vêm desempenhando um importante papel catalizador: alavancando transformações urbanísticas *express*, atropelando o planejamento urbano oficial, instituindo a cidade de exceção, legitimando o ilegítimo. Paradoxalmente, a insustentabilidade social já demonstrada por tais dinâmicas nos leva ao questionamento a respeito da sua validade enquanto paradigma. No entanto, onde estarão as alternativas?

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir do capítulo 1 da dissertação de A.C.L. BOTTURA, intitulada “*Las Olimpiadas de Rio de Janeiro y el paradigma de la ciudad global: compartiendo un mismo modelo de gestión*”. Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, España, 2011.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. *Plano Popular da Vila Autódromo*. 2011. Disponível em: <<http://comunidadevilaaudromo.blogspot.com/>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

BECK, U. *¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós, 1998.

- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.
- CARVALHO, M. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.4, p.70-82, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 ago. 2011.
- CASTELLS, M. *The informational city*. Oxford, UK: Blackwell, 1989.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. *Megaeventos e violação dos direitos humanos*. 2013. Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c-3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- DIAZ, A.A. En torno a la mercadotecnia urbana: reorganización y reimaginación de la ciudad. *Biblio 3W*, v.12, n.712, 2007. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-712.htm>>. Acesso en: 28 ago. 2011.
- FRIEDMANN, J. A generalized theory of polarized development. In: HANSEN, N. (Dir.). *Growth centers in regional economic development*. New York: Free Press, 1972. p.82-107.
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. World city formation: An agenda for research and action. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.3, n.2, p.309-344, 1982.
- GAVINHA, J. Veinte años de ciudades globales: ideas, mitos y nuevas evidencias. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. *Anais eletrônicos...* Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponible em: <<http://www.ub.es/geocrit-xcol/424.htm>>. Acesso en: 28 ago. 2011.
- GEDDES, P. *Cities in evolution*. London: Benn, 1915.
- GEYER, H.S. On urban systems evolution. In: GEYER, H.S. (Dir.). *International handbook of urban systems: Studies of urbanization and migration in advanced and developing countries*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002. p.39-65.
- HALL, P. *The world cities*. New York: McGraw-Hill, 1966.
- HANNERZ, U. El papel cultural de las ciudades mundiales. In: HANNERZ, U. *Conexiones transnacionales*. Madrid: Cátedra, 1998. p.205-225.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços e Debates*, v.16, n.39, p.48-64, 1996.
- LEVY, E. *Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- MARQUES, E.; TORRES, H. São Paulo no sistema mundial de cidades. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n.56, p.139-168, 2000. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/90/20080627_no_contexto_do_sistema.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.
- MARTINOTTI, G. *The new social morphology of cities*. Paris: Unesco, 1996.
- MUÑOZ, F. *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- PUJADAS, J.J. *Ciudades acogedoras? Transformaciones urbanas, imaginarios y actores sociales*. In: CONGRESO DE ESTUDIOS VASCOS, 16., 2006, Donostia. *Anais...* Donostia: Eusko Ikaskuntza, 2006. p.365-373.
- RIO DE JANEIRO. Decreto nº 31.182, de 5 de outubro de 2009. Institui o “Rio Escritório de Negócios” para articular e identificar oportunidades de negócios e investimentos na cidade do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, 6 out. 2009. n.137, p.3.
- RUBIO, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. *Scripta Nova*, v.9, n.194, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-85.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, S. *La ciudad global*: Nueva York, Londres, Tokio. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

SHORT, J.R. Going for gold: Globalizing the olympics, localizing the games. In: SHORT, J.R. *Global metropolitan*: Globalizing cities in a capitalist world. London: Routledge, 2004. p.86-108.

SHORT, J.R. *et al.* From world cities to gateway cities: Extending the boundaries of globalization theory. *Cities*, v.4, n.3, p.317-340, 2000.

SOJA, E.W. *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SWYNGEDOUW, E. *et al.* *Towards global localization*. London: University College Press, 1992.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARI-CATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.105-119.

VAINER, C. *Cidade da exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. 2011. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/cidade-de-excecao-carlos-vainer>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy: the states, the movements and the civilizations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

ANA CARLA DE LIRA BOTTURA Secretária de Habitação de Hortolândia | Av. Olívio Franceschini, 2500, Remanso Campineiro, 13184-472, Hortolândia, SP, Brasil | E-mail: <acclira@gmail.com>.

Recebido em
25/4/2013,
reapresentado em
26/9/2013 e aceito
para publicação em
31/10/2013.